

Prova Discursiva – Polícia Federal

Questão 1:

Discorra sobre o poder de polícia administrativa, abordando os seguintes aspectos:

1. o conceito de poder de polícia administrativa, diferenciando-o de serviço público; (valor 0,80 ponto)
2. as condicionantes de validade; (1,00 ponto)
3. a evolução do entendimento do poder da polícia como imposição de deveres de abstenção para o de imposição de deveres de fazer, apresentando um exemplo; (1,00 ponto)
4. o contraste entre competência para exercer segurança pública e competência para exercer poder de polícia administrativa. (1,00 ponto)

Comentários:

1. O conceito de poder de polícia administrativa é o poder conferido à administração para limitar, disciplinar, restringir e condicionar direitos e atividades particulares para a preservação dos interesses da coletividade. Ou seja, é uma atividade negativa do Estado, diferenciando-se neste ponto do serviço público que é uma atividade positiva, ou seja, a Administração Pública, exerce atividade material em prol da

coletividade, que vai trazer benefício, como na distribuição de água e gás, de energia elétrica, de transportes. Na atividade de polícia, a administração apenas impede a prática, pelos particulares, de determinados atos contrários ao interesse público, impondo limites à conduta individual.

2. São condições de validade específicas dos atos de polícia:

Necessidade – a medida de polícia só deve ser adotada para evitar ameaças reais ou prováveis de perturbações ao interesse público;

Proporcionalidade/razoabilidade – é a relação entre a limitação ao direito individual e o prejuízo a ser evitado;

Eficácia – a medida deve ser adequada para impedir o dano a interesse público. Para ser eficaz a Administração não precisa recorrer ao Poder Judiciário para executar as suas decisões, é o que se chama de autoexecutoriedade.

3. O poder de polícia, na concepção de Justen Filho, sofreu duas modificações marcantes: transcendeu a concepção de manutenção da ordem pública para servir de instrumentalização à proteção dos direitos fundamentais e ampliou seu espectro para incluir, além da imposição de deveres de abstenção (não fazer), deveres de fazer. Logo, conquanto seja exercido mais comumente por meio de ações fiscalizadoras, também ocupam lugar de relevo entre os atos de poder de polícia, por exemplo, o licenciamento, os estudos ambientais, o zoneamento e a criação de espaços territoriais especialmente protegidos.

4. Uma das mais importantes classificações doutrinárias corresponde à distinção entre polícia administrativa e polícia judiciária, assim explanada por Carvalho Filho: “ambos se enquadram no âmbito da função administrativa, vale dizer, representam atividades de gestão de interesses públicos. A Polícia Administrativa é atividade da Administração que se exaure em si mesma, ou seja, inicia e se completa no âmbito da função administrativa. O mesmo não ocorre com a Polícia Judiciária, que, embora seja atividade administrativa,

prepara a atuação da função jurisdicional penal, o que a faz regulada pelo Código de Processo Penal (arts. 4º ss) e executada por órgãos de segurança (polícia civil ou militar), ao passo que a Polícia Administrativa o é por órgãos administrativos de caráter mais fiscalizador. Outra diferença reside na circunstância de que a Polícia Administrativa incide basicamente sobre atividades dos indivíduos, enquanto a Polícia Judiciária preordena-se ao indivíduo em si, ou seja, aquele a quem se atribui o cometimento de ilícito penal”. Além disso, essencialmente, a Polícia Administrativa tem caráter preventivo (busca evitar o dano social), enquanto a Polícia Judiciária tem caráter repressivo (busca a punição daquele que causou o dano social).

Questão 2:

Determinado detento, condenado com trânsito em julgado e cumprindo pena definitiva pelo crime de tráfico internacional de drogas, assassinou outro preso durante a sua remoção para um presídio federal. Ele foi surpreendido pelos policiais federais encarregados pela remoção logo após a consumação do crime, ainda em estado de flagrante delito. Por essa razão, a autoridade penitenciária determinou sua colocação em isolamento sob o regime disciplinar diferenciado. O advogado do detento, então, impetrou habeas corpus alegando que o seu cliente tinha direito à presunção de inocência e que a submissão ao regime disciplinar diferenciado deveria aguardar o trânsito em julgado de acusação de homicídio, em obediência ao posicionamento do Supremo Tribunal Federal sobre o tema. Alegou, ainda, que o cliente não poderia ser submetido diretamente ao regime disciplinar diferenciado sem ter o prévio acesso ao seu advogado.

Com base na situação hipotética apresentada, redija, com fundamento na Constituição Federal e na atual e majoritária posição do STF, um texto dissertativo apontando se as alegações do advogado do detento procedem. Ao elaborar seu texto, responda aos seguintes questionamentos:

1. O reconhecimento de falta grave no curso de execução penal deve aguardar o trânsito em julgado de condenação criminal no juízo de conhecimento? (1,40 ponto)
2. Nesse caso, a apuração da falta grave demandaria a instauração de processo administrativo disciplinar? (1,20 ponto)
3. Aplicam-se, nesse caso, as Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos (Regras de Nelson Mandela)?

Questão 3:

Considerando que o direito penal brasileiro, conforme a maior parte da doutrina, adota a teoria finalista, que determina que o crime é um ato típico, jurídico e culpável, faça o que se pede a seguir.

1. Conceitue a culpa e a culpabilidade, diferenciando-as; (1,40 ponto)
2. Indique os elementos da culpa e da culpabilidade; (1,40 ponto)
3. Discorra sobre a cláusula de consciência. (1,00 ponto)

Peça Profissional

A partir de uma ligação anônima, o Núcleo de Repressão a Crimes Cibernéticos da Polícia Federal localizou e apreendeu, na cidade de Goiânia – GO, um laptop contendo vasto material de pornografia infantil pertencente a Juarez, falecido vítima de Covid-19. Com os dados disponíveis e utilizando um software já instalado no laptop, que permite navegar anonimamente, ao

apagar rastros e impedir que os sites identifiquem e rastreiem o usuário, foi possível localizar na darknet um grupo com ações de abrangência nacional, integrando por número determinado de pessoas não identificadas que abusam sexualmente de crianças e adolescentes por registarem as imagens e, posteriormente, em salas virtuais dedicadas à pedofilia, trocarem, venderem ou disponibilizarem gratuitamente os arquivos ilícitos. Juarez tinha um perfil assíduo nas salas, onde interagia sob pseudônimo Butterfly. Mensagens localizadas no laptop indicam proximidades de Butterfly com vários integrantes do grupo, em especial SugarDaddy e Pacman. Em que pese os esforços da equipe de informática da Polícia Federal, até o momento não foi possível a identificação dos membros do grupo, que são extremamente cuidados em suas interações nas salas virtuais.

Considerando os fatos relatados na situação hipotética apresentada, na qualidade de delegado(a) da Polícia Federal que está presidindo o inquérito, formule a representação pela medida mais adequada para a continuidade da investigação, indicando os requisitos necessários ao êxito do pedido. Não acrescentar fatos novos.

